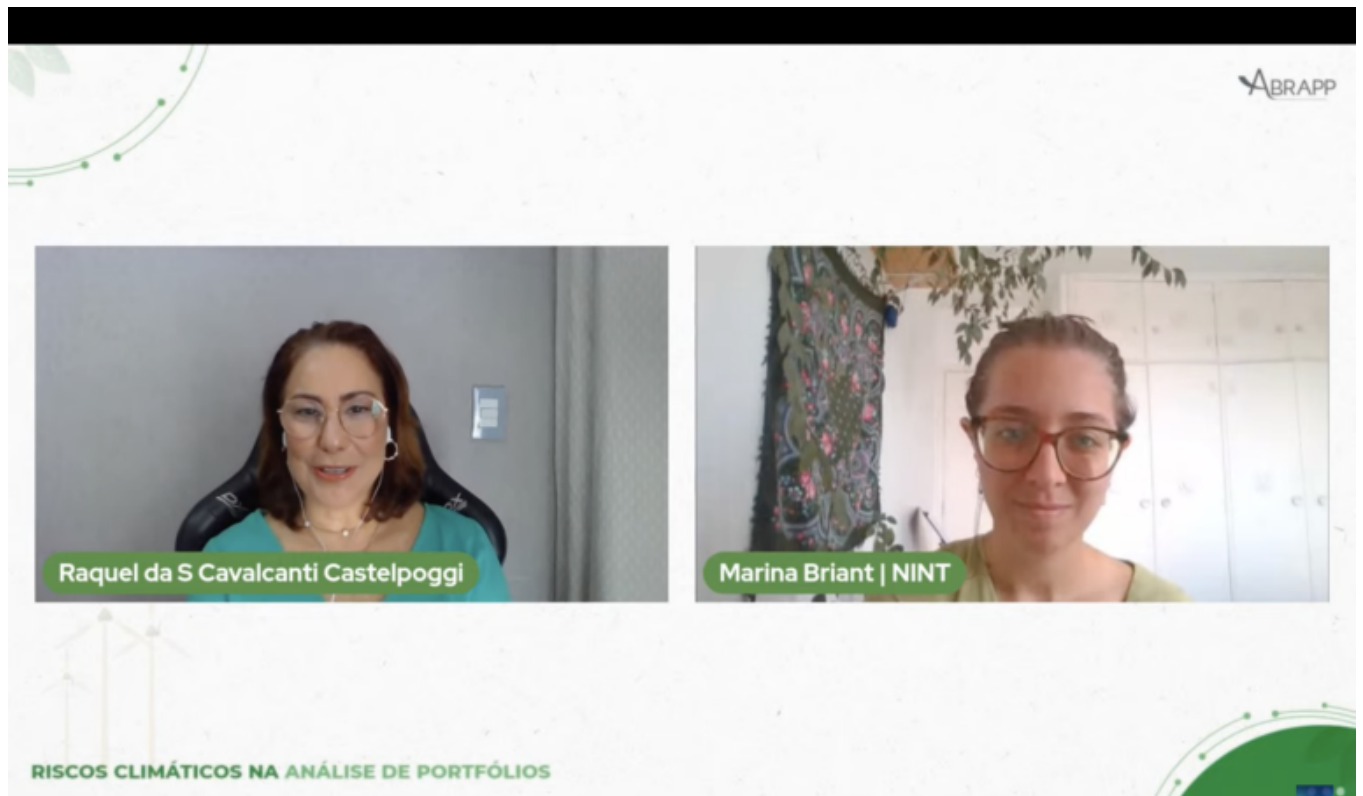


Por Bruna Chieco



Monitorar riscos climáticos faz parte do propósito de longo prazo das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Essa foi a mensagem principal do webinar Integração de Riscos Climáticos na Análise de Portfólios, realizado na manhã da última quarta-feira, 12 de abril.

O objetivo do evento, transmitido pelo canal da Abrapp no YouTube, foi introduzir os principais conceitos relacionados à integração de riscos climáticos na análise de portfólios das fundações.

Na abertura, Jarbas Antonio de Biagi, Diretor-Presidente da Abrapp, destacou que o segmento de previdência complementar tem como principal viés a proteção social, e junto com isso vem o compromisso de cuidar do indivíduo quando ele necessita, proteger sua família, pensando no futuro. “Nosso segmento tem uma natureza social por excelência”.

Ele ressaltou que quando se contrata um plano de previdência, a pessoa está pensando em um futuro mais amparado. “Nós, como investidores institucionais, temos que ter essa preocupação”.

“Nosso trabalho é para a sociedade. Quanto mais participantes, mais pessoas integradas ao sistema, mais pessoas recebendo benefício, a sociedade fica melhor. Quanto mais recursos bem investidos, com preocupações de meio ambiente, a sociedade fica melhor, o mundo fica melhor. Nós temos essa missão”, disse.

Foi pensando nisso que o Comitê de Sustentabilidade da Abrapp, coordenado por Raquel Castelpoggi, decidiu produzir o Relatório de Sustentabilidade a partir de uma pesquisa feita com as associadas para identificar em que patamar elas estão no tratamento de princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e como elas podem evoluir.

Dessa pesquisa, foram identificadas algumas lacunas, conforme explicou Raquel durante o evento, e assim foi elaborada uma série de webinars para tratar do assunto. “Os aspectos sociais e ambientais precisam de avanços dentro das entidades”, disse. “O maior risco para os investidores

hoje é justamente o de mudanças climáticas”.

Raquel manifestou a ideia de que as EFPC sejam as incentivadoras das empresas em relação a mudanças em torno dos princípios ASG, e para isso é preciso entender quais são os riscos climáticos atrelados aos portfólios de investimentos.

Riscos climáticos - Marina Briant, Coordenadora de programas em Finanças Sustentáveis da NINT Group, fez uma apresentação sobre como as EFPC podem monitorar riscos climáticos na análise se seus portfólios.

Ela destacou que uma iniciativa criada em 2019 chamada Investidores pelo Clima (IPC) ajuda investidores a fazerem uma gestão de portfólios condizente com uma economia de baixo carbono e mais resiliente aos impactos da mudança do clima.

“Riscos climáticos são potenciais consequências adversas para os sistemas humanos ou ecológicos. Esses riscos podem ocorrer por decorrência da mudança climática ou de respostas humanas para as alterações”, explicou Marina.

Dentro desses riscos há alguns pontos que precisam ser observados: perigo, ou seja, a existência do evento em si associado a condições ambientais ou decorrente de ações humanas; vulnerabilidade, ou a propensão de uma determinada comunidade, população ou ecossistema de ser afetada por esse perigo; exposição, que é a presença desses grupos e ecossistema no local exposto a determinado perigo; e resposta, ou seja, como a sociedade lida com o perigo e a exposição.

Marina deu exemplos sobre como olhar os riscos dentro de uma perspectiva prática. “Integrar riscos climáticos na tomada de decisão de portfólio é um processo que exige conhecimento de variáveis ambientais, vulnerabilidade das pessoas e dos ativos em relação a esse perigo, a exposição e a capacidade de resposta”, resumiu.

Para auxiliar nessa análise, ela destacou o trabalho da Task Force for Climate-related Financial Disclosure (TCFD), uma força-tarefa para que instituições integrem questões climáticas na divulgação de informações financeiras através de um arcabouço de processos e definições específicas.

Ela citou alguns tipos de riscos e explicou que a TCFD coloca um arcabouço sobre como a divulgação sobre esses riscos devem acontecer, sem determinar exatamente como a gestão desses riscos deve ser feita, mas sim incentivado maior transparência em relação a como as instituições estão lidando com esses riscos.

“Cabe ao mercado e aos stakeholders julgarem se essa gestão está ocorrendo de forma adequada”, disse.

Relevância - Por que riscos climáticos são relevantes para as EFPCs? “Há uma materialização financeira dos riscos climáticos, portfólios com performance menor em função disso”, explicou Marina.

Com um viés de longo prazo, como é o caso do sistema de previdência, é preciso pensar futuramente na materialização desses riscos climáticos. “As EFPCs precisam alinhar o horizonte temporal de seus portfólios com o horizonte temporal dos riscos climáticos. Quando falamos de previdência, esses riscos têm uma importância especial, pois falamos de longuíssimo prazo”, enfatizou.

Além disso, o arcabouço regulatório atual já aborda questões ASG, como é o exemplo da Instrução Previc 35, que determina que a política de investimento conte com diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, preferencialmente de forma diferenciada por setores de atividade econômica.

A Resolução CMN 4.994 também determina que as EFPCs identifiquem, avaliem, controlem e monitorem riscos, sempre que possível, relacionados a aspectos de sustentabilidade ambiental, social e de governança.

Isso já ocorre também em outros setores financeiros, através de regulação do Banco Central e da Susep, por exemplo. “Fazer essa gestão é uma forma de se antecipar ao possível aprimoramento regulatório. Existe um risco associado à inação das EFPCs”, ressaltou Marina, enfatizando a importância de avançar nessa agenda.

Integração - Para integrar riscos climáticos na gestão de portfólios, Marina explicou que é preciso identificá-los e gerenciá-los.

Um dos primeiros passos na identificação está relacionado à pegada de carbono, ou seja, a mensuração das emissões relacionadas aos investimentos de um fundo. “Quem financia é parcialmente responsável pelo quanto de emissão aquela empresa tem. Um portfólio com alta pegada de carbono pode estar sujeito a riscos climáticos, regulatórios, físicos e de transição”, destacou Marina.

Uma vez conhecendo os riscos climáticos, uma EFPC pode adotar uma série de práticas para fazer o gerenciamento dos riscos. Marina citou entre elas as listas de exclusão, ou seja, deixar de investir em determinadas atividades ou setores por conta de seus riscos climáticos.

Mas há também uma participação mais ativa no tema a partir do Stewardship, processo no qual o investidor interage diretamente com a instituição responsável pelo ativo para pensar em como influenciar nas práticas climáticas da empresa investida, engajando no tema ASG.

O webinar Integração de Riscos Climáticos na Análise de Portfólios foi o segundo de uma série de eventos que o Comitê de Sustentabilidade da Abrapp está realizando sobre o tema. Para assistir ao webinar, [acesse aqui](#).

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 13.04.2023.